

Notas Explicativas**1 - NOTA EXPLICATIVA****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DE RONDÔNIA - CAU RO****1. Informações Gerais**

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia – CAU RO, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 33/2012.

O Conselho está localizado na Avenida Carlos Gomes, 501 – Caiari (Porto Velho-RO).

2. Principais Diretrizes Contábeis

A partir de 01/01/2012, a Contabilidade do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia – CAU RO foi elaborada de acordo com as normas do CFC e da STN, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

3.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 6ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC T 16.1 a 16.10.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

3.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia não se utiliza de estimativas e julgamentos em suas demonstrações contábeis, por entender que as mesmas não se aplicam as demonstrações contábeis, realizadas de acordo com a Lei nº 4.320/64.

4. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia – CAU RO, representando, portanto, uma posição estática.

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

4.1 Ativo Circulante

Os ativos realizáveis até o exercício seguinte estão demonstrados como circulante.

4.1.1 Caixas e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Registra os valores em Bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato. Os saldos disponíveis em 31/12/16 no valor de **R\$ 444.779,35** (quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), se apresentam da seguinte forma:

4.1.1.1 Bancos c/ Movimento

O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 0,00** (zero reais), saldo é transferido diariamente para a conta de aplicação conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

4.1.1.2 Bancos c/ Aplicações Financeiras

O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 444.779,35** (quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

4.1.1.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa	2016	2015	Varição
Bancos c/ Movimento	-x-	-x-	-x-
Bancos c/ Aplicações Financeiras	444.779,35	256.983,57	187.795,78
Total acumulado	444.779,35	256.983,57	187.795,78

Os recursos financeiros disponíveis estão aplicados a curto prazo no Banco do Brasil S/A.

4.1.2 Créditos a Curto Prazo

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU BR, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizado de cada caso.

4.1.2.1 Créditos a Receber – Anuidades do Exercício – PF e PJ

O valor de **R\$ 66.822,35** (sessenta e seis mil, oitocentos e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos), refere-se aos valores a receber de anuidades do exercício relativo a PF e PJ, correspondente a 80% da anuidade, conforme relatórios emitidos pelo SICCAU e planilha encaminhada pelo CAU BR.

4.1.2.2 Créditos a Receber – Anuidades do Exercício Anterior – PF e PJ

O valor de **R\$ 62.194,96** (sessenta e dois mil, cento e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos), refere-se aos valores a receber de anuidades do exercício anterior relativo a PF e PJ, correspondente a 80% da anuidade, conforme relatórios emitidos pelo SICCAU e planilha encaminhada pelo CAU BR.

4.1.2.3 Provisão para perda estimada de créditos – Anuidades de PF e PJ

Não foi realizada a previsão de perdas para devedores duvidosos no exercício de 2016, relativo a anuidades de PF e PJ, uma vez que, ainda não foi possível fazer uma avaliação da perda dos créditos nos últimos 05 (cinco) exercícios. Está em estudo pelo CAU-BR a normatização da provisão de perdas para créditos de liquidação duvidosa, que poderá ser implantada a partir do exercício de 2017.

4.1.3 Demais Créditos a Curto Prazo

4.1.3.1 Devedores da Entidade

Registra o valor a receber de **R\$ 3.649,42** (três mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos), conforme demonstramos:

-

1) Sindicato – R\$ 82,65

O valor de **R\$ 82,65** (oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), refere-se a pagamento de Contribuição Sindical paga a maior. O ressarcimento se dará através de processo junto ao sindicato.

2) Tributos e Contribuições – R\$ 1.355,54

O valor de **R\$ 1.355,54** (um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), refere-se a pagamento indevidos de Impostos.

3) Instituto Nacional de Licitação HQZ Ltda – R\$ 2.211,23

O valor de **R\$ 2.211,23** (dois mil, duzentos e onze reais e vinte e três centavos), refere-se a pagamento efetuado em duplicidade.

4.1.3.2 Entidades Públicas Devedoras

Registra o valor a receber de **R\$ 419,84** (quatrocentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), conforme demonstramos:

-
1) Caixa Econômica Federal – R\$ 419,84

O valor de **R\$ 419,84** (quatrocentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), refere-se a pagamento de FGTS em duplicidade. O ressarcimento se dará através de processo junto ao Caixa Econômica Federal.

4.2 Ativo Não Circulante

O Ativo não circulante é composto pelo Imobilizado.

4.2.1 Imobilizado

Os bens imobilizados são registrados pelo custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

A composição do Imobilizado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia – CAU/RO em 31/12/2016 é de **R\$ 200.715,44** (duzentos mil, setecentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos), composto da seguinte forma:

Discriminação do Bem	Valor
Móveis e Utensílios	62.186,83
Máquinas e Equipamentos	22.581,61

Veículos	88.890,00
Equipamentos de Processamento de Dados	27.057,00
Total de Bens Móveis	200.715,44

O imobilizado é avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada.

Todos dos bens patrimoniais encontram-se registrados em sistema informatizado (SISPAT.NET).

A depreciação dos bens móveis foi calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens. As taxas anuais de depreciação são as seguintes:

Vida útil dos Bens

Discriminação do Bem	Vida útil
Móveis e Utensílios	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos

Veículos	10 anos
Equipamentos de Processamento de Dados	5 anos

Taxas anuais de depreciação e valor residual

Discriminação do Bem	Taxa Depreciação	% Residual
Móveis e Utensílios	10%	10%
Máquinas e Equipamentos	10%	10%
Veículos	10%	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	10%

Os valores de depreciação e Amortização registrados em 31/12/2016, estão assim discriminados:

Depreciação	R\$
--------------------	------------

Depreciação acumulada em 31/12/2015	41.785,51
Depreciação janeiro a dezembro de 2016	24.535,08
Depreciação acumulada em 31/12/2016	66.320,59

O Conselho adotou as normas do MCASP no exercício. Em 2016 foi registrada a depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2016.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo – O CAU BR não baixou nenhuma Resolução específica sobre a vida útil econômica de um ativo, por entender que todos os bens móveis dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo têm menos de 05 (cinco) anos de uso. No entanto, fez um apanhado da vida útil utilizada por outros Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional (CRC, CFM), que serviram como parâmetro para utilização pelos CAUs UFs.

A contabilização foi realizada conforme orientações no Manual de Procedimentos Contábeis Específicos, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

4.2.2 Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias

auferidas. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

5. Passivo Circulante

O passivo a curto prazo, está demonstrado no balanço patrimonial como circulante.

5.1 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

5.1.1 Restos a Pagar Processado

O valor escriturado em Restos a Pagar Processado em 31/12/2016 é de **R\$ 7.740,96** (sete mil, setecentos e quarenta reais e noventa e seis centavos).

5.1.2 Obrigações de Fiscais a Curto Prazo

O valor registrado na contabilidade na conta de Obrigações Fiscais a Curto Prazo em 31/12/2016 é de **R\$ 1.318,10** (um mil trezentos e dezoito reais e dez centavos), discriminado da seguinte forma:

5.1.3 Tributos/Contribuição: IRPJ/CSLL/PIS/COFINS a Recolher (COSIF)

Refere-se a retenção de impostos federais, no valor de **R\$ 282,97** (duzentos e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos);

5.1.4 ISS S/Serviços PJ

Refere-se retenção de obrigações fiscais com o Município, no valor de **R\$ 1.035,13** (um mil e trinta e cinco reais e treze centavos).

5.1.5 Provisões de Férias, INSS, FGTS e PIS

Está registrado na contabilidade na conta de Provisões em 31/12/2016, o valor de **R\$ 33.918,14** (trinta e três mil, novecentos e dezoito reais e quatorze centavos), cuja composição é a seguinte:

Férias	R\$	26.090,90
INSS	R\$	5.479,06
FGTS	R\$	2.087,26
PIS s/ Folha de Pagamento	R\$	260,92
Total de provisões em 31/12/2016	R\$	33.918,14

Observação:

- a) O procedimento de provisão de férias, INSS, FGTS e PIS s/ folha de pagamento é realizado apenas pelo Sistema Patrimonial, conforme manual de orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;

- b) O procedimento de provisão começou a ser adotado a partir do exercício de 2014.

5.1.6 Consignações

O valor registrado na contabilidade na conta de Consignações em 31/12/2016 é de **R\$ 2.898,95** (dois mil oitocentos e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos). As consignações referem-se à retenção de INSS e IRRF sobre a folha de pagamento.

5.2 Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

Não houve nenhuma provisão de perdas para riscos cíveis e ou trabalhistas, conforme informado pela Assessoria Jurídica do CAU/RO.

6. Passivo Não Circulante

6.1 Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de Superávit e ou Déficit apurados anualmente. Até o Exercício de 2016, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia – CAU/RO apresentou um **Superávit Acumulado** no valor de **R\$ 666.384,62** (seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos).

O Patrimônio Líquido teve um acréscimo de R\$ 260.413,72 (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e treze reais e setenta e dois centavos) correspondente a 64,15% em relação ao resultado acumulado do exercício de 2015.

6.2 Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

O Resultado Patrimonial foi apurado de acordo com o Artigo 104 da Lei nº 4.320/64. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia – CAU RO apresentou no exercício de 2016 um **Superávit Patrimonial** no valor de **R\$ 260.413,72** (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e treze reais e setenta e dois centavos). A composição do Superávit Patrimonial em 2016 foi a seguinte:

6.2.1 Resultado Patrimonial 2016

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita) R\$ 1.153.896,24

b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa) (R\$ 893.482,52)

c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/16 R\$ 260.413,72

O Resultado Patrimonial apurado no exercício de 2016 foi realizado com base no regime de competência da receita e despesa, escriturados no sistema patrimonial.

6.2.2 Resultado Patrimonial 2015

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita) R\$ 856.337,67

b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)(R\$ 715.788,89)

c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/15 R\$ 140.548,78

7. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O Resultado Orçamentário apurado em 31/12/2016, conforme artigo 102 da Lei nº 4.320/64, foi um **Superávit de R\$ 176.757,26** (cento e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos), conforme demonstramos:

7.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO 2016

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/16	R\$ 1.033.024,87
b) (-) Crédito Empenhado Liquidado 31/12/16	(R\$ 848.526,65)
c) (-) Crédito Empenhado a Liquidar 31/12/16	(R\$ 7.740,96)
d) (=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/16	R\$ 176.757,26

7.2 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO 2015

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/15	R\$ 851.777,17
b) (-) Crédito Empenhado Liquidado até 31/12/15	(R\$ 738.044,40)
c) (=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/15	R\$ 113.732,77

8. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro apurado em 31/12/16 é um **Superávit** no valor de **R\$ 398.903,20** (trezentos e noventa e oito mil, novecentos e três reais e vinte centavos), apurado no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2016, conforme demonstramos:

8.1 RESULTADO FINANCEIRO 2016

a) Saldo Disponível apurado em 31/12/16	R\$ 444.779,35
b) (-) Passivo Financeiro em 31/12/16	R\$ (45.876,15)
c) (=) Superávit Financeiro em 31/12/16	R\$ 398.903,20

8.2 RESULTADO FINANCEIRO 2015

a) Saldo Disponível apurado em 31/12/15	R\$ 256.983,57
b) (-) Passivo Financeiro em 31/12/15	R\$ (22.157,80)

c) (=) Superávit Financeiro em 31/12/15 R\$ 234.825,77

9. Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, volume V, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a demonstração do fluxo de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

O Fluxo de Caixa foi elaborado pelo método direto, evidenciando as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes.

O Fluxo de Caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receita corrente e ingressos extra-orçamentários, dos desembolsos da despesa corrente, de Restos a Pagar Não Processados e dos desembolsos extra-orçamentários, bem como dos desembolsos da Despesa de Capital.

A demonstração do Fluxo de Caixa de 2016 está assim demonstrada:

Ingressos

Receita Corrente R\$ 1.033.024,87

Ingressos Extra-Orçamentários R\$ 448.279,45

Desembolsos

Crédito Empenhado Pago (Despesa Corrente) R\$ 848.526,65

Desembolsos Extra-Orçamentários R\$ 444.981,89

Apuração do Fluxo de Caixa no Período R\$ 187.795,79

Houve um acréscimo no Resultado do Fluxo de Caixa Equivalentes no exercício de 2016, em relação ao exercício de 2015 no valor de **R\$ 75.986,88** (setenta e cinco mil novecentos e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

10. Gestão de risco financeiro

10.1 Considerações gerais e políticas

As operações financeiras do órgão são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com as normas internas do CAU-RO.

As aplicações, os resgates, os pagamentos são de responsabilidade dos ordenadores de despesas. Toda a movimentação financeira é realizada pelo Setor Financeiro após a autorização dos ordenadores de despesas.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito do CAU-RO está associado à inadimplência dos profissionais de arquitetura/urbanismo (PF/PJ) em relação às anuidades do exercício e de exercícios anteriores. Em relação às aplicações financeiras, os recursos estão aplicados a curto prazo em títulos do tesouro nacional, garantidos pelo Banco do Brasil S/A.

Para mitigar a inadimplência das anuidades de PF e PJ, o CAU-RO está implantando a cobrança através da dívida ativa.

b) Risco de mercado

Para o CAU-RO não existe o risco de mercado, em razão de que as aplicações financeiras são realizadas em rendas fixas, cujas alterações no

decorrer do exercício são insignificantes.

c) Risco de Liquidez

Não existe risco de liquidez, uma vez que o CAU-RO não assumiu nenhum compromisso financeiro que não possa ser cumprido com os recursos financeiros disponíveis, além do controle de arrecadação e despesa mensalmente.

11. PARTES RELACIONADAS

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Porto Velho-RO, 17 de março de 2017.

RONALDO M. HELLA

CRC nº 3.012/O-9

CPF – 873.025.869-34

Assessor Contábil do CAU/RO